MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE GEOGRAFIA

Bruno Correia Spoladore Silva

A produção do lugar turístico na fronteira de BR – PY, cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero.

Dourados-MS

2016

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE GEOGRAFIA

Bruno Correia Spoladore Silva

A produção do lugar turístico na fronteira de BR – PY, cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero.

Trabalho de Monografia apresentado à disciplina Trabalho Orientado de Monografia III, do Curso de Geografia – UFGD, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Edvaldo Cesar Moretti

Dourados-MS

2016

AGRADECIMENTOS

Perante o contexto de desvalorização da educação brasileira, sinto-me honrado em poder desenvolver o pensamento geográfico, a visão de mundo crítica e principalmente, sentir-me um ser humano melhor, através da universidade pública. Reforço assim a importância do ensino de qualidade, ao alcance de toda a população.

Agradeço a todos os professores e professoras do curso de geografia que contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento desse trabalho final, pois sem as discussões, esclarecimentos, indicações de textos, nada do que foi elaborado até aqui seria possível. Deixo meu carinho e admiração para a professora Cecília Costa, pela paciência e disposição em mostrar os primeiros caminhos da pesquisa científica. Mesmo sentimento à professora Sonia Migliorini, que em pouco tempo contribuiu de forma intensa para o meu entendimento sobre geografia do turismo. Por último, minha eterna gratidão ao professor Edvaldo Cesar Moretti, parâmetro de geógrafo e profissional da educação, por sua didática esclarecedora e humildade para transmitir conhecimento.

RESUMO

Na fronteira Brasil/Paraguai, as cidades gêmeas de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero são influenciadas no ponto de vista econômico pelo chamado Turismo de Compras, em que comprar ou consumir se torna um ato de lazer. Essa atividade existe por conta da política econômica do nosso país vizinho, pois a reexportação de produtos importados foi o modo para impulsionar a economia não só do Paraguai, mas interferindo também em território brasileiro, por questões que vão além do fato de serem cidades conurbadas, mas relações sociais capitalistas. A fronteira de Ponta Porã – Pedro Juan Caballero tem participação importante no processo de expansão do fluxo de turistas brasileiros para o Paraguai, consequência da implantação de lojas especializadas no comércio de produtos importados. Além do turismo de compras, existem formas alternas às práticas hegemônicas, como o ecoturismo, porém não é de conhecimento por parte da maioria dos turistas. A partir destas premissas, a geografia do turismo busca compreender a constituição da atual formação espacial em que estão inseridos os lugares turísticos voltados para o comércio, característica histórica entre as duas cidades, e todos os desdobramentos de tal atividade para o meio social.
Buscamos compreender como ocorre a constituição desse espaço em suas diferentes categorias geográficas, tendo o lugar como conceito chave para atração turística, além das diferenciações territoriais, em uma escala mais abrangente. Conceitos geográficos estão inerentes ao turismo, caracterizando essa atividade que pode servir de instrumento para a integração social e consequentemente um desenvolvimento não apenas voltado para o valor mercantil da natureza, mas um desenvolvimento das relações humanas, principalmente por estarem localizados na fronteira, geralmente caracterizada como área de intensos conflitos. O turismo pode ser socialmente construído/transformado para um instrumento de integração social; uma forma de amenizar as relações de confronto sócio-espaciais. Foi perceptível o receio das pessoas em estarem na fronteira, através de conversas, entrevistas e pelo próprio questionário aplicado, a partir dos comentários sobre cada questão. Conviver sobre o choque de diferentes territorialidades é uma árdua experiência, porém torna-se passível de mudanças implicadas por novas formas de relações. Consideramos neste trabalho a atividade turística como meio de desenvolvimento socioespacial.

Palavras-Chave: turismo; fronteira; lugar turístico; geografia do turismo; desenvolvimento socioespacial.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO_____5

CAPÍTULO I - O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA_____9

CAPÍTULO II - O ESPAÇO TURÍSTICO_____15

CAPÍTULO III - CONSTITUIÇÃO DO TURISMO DE COMPRAS NA FRONTEIRA PONTA PORÃ (BR) E PEDRO JUAN CABALLERO (PY)_)_____23

CAÍTULO IV - CONSIDERAÇÕES SOBRE O TURISMO EM PONTA PORÃ E PEDRO JUAN CABALLERO_____28

CONSIDERAÇÕES FINAIS_____37

INTRODUÇÃO

Esta monografia parte do contexto capitalista de produção, com a premissa de que o turismo é uma atividade econômica, construída e reproduzida pela lógica racional, que por finalidade possuiu números que são cada vez mais importantes e delimitadores para o desenvolvimento da sociedade moderna, contudo, essa condição não é natural. A atividade turística na fronteira Brasil e Paraguai tem como principal motivação o comércio de produtos, que diariamente movimentam um número elevado de mercadorias e principalmente, quantidade de deslocamento de consumidores até as cidades de Pedro Juan Caballero e Ponta Porã, que aqui serão especificamente tratados. O Estado de Mato Grosso do Sul possui 44 municípios que se localizam na faixa de fronteira internacional com o Paraguai. Desses municípios, três são áreas urbanas que fazem contato fronteiriço direto com o Paraguai, ou seja, são conurbações urbanas internacionais: Ponta Porã – Pedro Juan Caballero, Coronel Sapucaia – Capitã Bado e Paranhos – Ypê Ju. Esse trabalho irá se basear apenas na fronteira entre Brasil e Paraguai, referente às cidades de Ponta Porã – BR e Pedro Juan Caballero – PY, que formam uma conurbação urbana internacional (cidades gêmeas), ou seja, elas são praticamente uma cidade, mas dividida por duas nações diferentes.

> (...) faz fronteira seca com a cidade de Pedro Juan Caballero por meio de uma linha de 13.800 metros de extensão dentro do perímetro urbano, que separa as duas cidades por meio de um eixo longitudinal, com 50 metros de largura (25 metros de cada cidade), e demarca o limite internacional entre Brasil e Paraguai. Esta linha de fronteira é, possivelmente, o espaço mais importante para as duas cidades: trata-se de um símbolo que representa a identidade da região, por onde as cidades nasceram e se desenvolveram, e dialeticamente separam e integram os dois países (Brasil e Paraguai): é o espaço de circulação mais aguda de encontros, de trabalho, de serviços, de comércio formal e informal entre os dois povos e as duas culturas. (GEO PONTA PORA, 2010, p.24)

Como se pode observar na Fig.01, a conurbação é um fato marcante na caracterização das duas cidades, não apenas no aspecto estrutural/físico, mas também em setores sociais. Essa ligação direta causa uma interdependência entre elas, a existência de uma depende da outra, não apenas do ponto de vista econômico.

A Guerra do Paraguai e a exploração dos ervais foram grandes fatores responsáveis, no fim do século XIX, para um processo de transformação do Espaço em que as marcas são vistas até hoje, mas o surgimento das duas cidades não está ligado apenas a esses dois acontecimentos citados anteriormente, seguindo o raciocínio de Benítez (2008). De acordo com o autor, o que realmente resultou no surgimento e desenvolvimento dessas cidades, foi o

comércio, impulsionado pela economia ervateira, mas que se desenvolveu com vendas de mercadorias importadas para suprir fazendas no então antigo estado de Mato Grosso. A Companhia Matte Laranjeira, empresa que monopolizava a produção ervateira na época, foi importante para a migração de pessoas para a região, mas o povoado de Punta Porã (hoje Pedro Juan Caballero) surge do mérito do trabalho dos comerciantes como cita Costa (2012, p.56) "[...] o verdadeiro responsável pelo nascimento do povoado foi o comércio de produtos importados e o trabalho dos comerciantes." Com base nos estudos de Benítez (2008), a formação do povoado ocorreu durante a década de noventa do século XIX, período em que os comerciantes começam a se fixar na linha da divisa. Com um ritmo de desenvolvimento diferente, considerando os investimentos feitos pelo Estado (infra-estrutura, segurança) as cidades de Pedro Juan Caballero e Ponta Porã, nascidas às margens da Lagoa Punta Porã, não foram reconhecidas oficialmente ao mesmo tempo. Segundo Costa (2012, pag. 64), em determinados períodos, os investimentos sofridos pelas cidades variavam. Para a autora, concretiza-se a fundação de Pedro Juan Caballero da seguinte forma: a fim de tentar amenizar os problemas referentes falta de segurança, foi feito em Assunção, no dia 01 de dezembro de 1899, um decreto do Poder Executivo para que se criasse uma Comissária de Polícia na paragem de Punta Porã. Esse acontecimento foi o início do reconhecimento da existência do povoado, marcando um período de mudanças, pois, no ano seguinte, o povoado foi elevado categoria de Departamento e passou a ser chamado de Pedro Juan Caballero graças ao decreto de 30 de agosto de 1901. Tratava-se de, uma forma encontrada pelos deputados e senadores paraguaios para homenagear um dos heróis da Independência, Costa (2012, p.64). Em relação a fundação oficial de Ponta Porã, Benítez (2008) menciona que a data oficial foi em 18 de julho de 1912, de acordo com decreto do Poder Executivo.

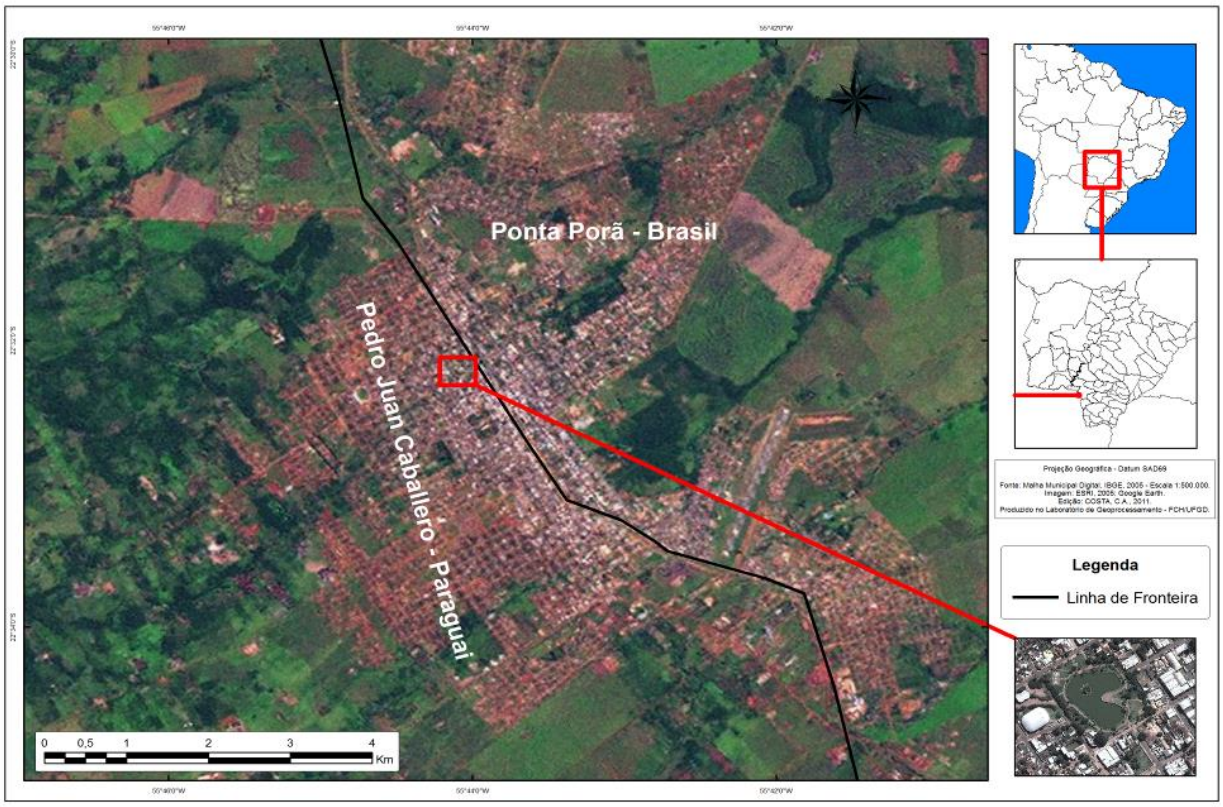


Figura 01 – Conurbação Ponta Porã e Pedro Juan Caballero (Elaborada a partir dos mapeamentos de ambas as prefeituras). **Fonte** – COSTA, 2012

Nesse contexto, em que a sociedade se organiza com o intuito de aumentar gradativamente os números alcançados (lucro), perante o atual modo de produção, cria-se uma busca por novas formas de acumulação de capital. Desse modo, explorar o espaço geográfico em prol da atividade turística é a forma que se constitui o território aqui estudado, historicamente influenciado pelo comércio. Dessa forma, a principal atratividade turística, agindo de forma hegemônica é o comércio; outras atividades, ou pontos turísticos, ainda não fazem parte do conhecimento dos consumidores em sua maioria. Iremos buscar compreender como ocorre a constituição desse espaço em suas diferentes categorias geográficas, tendo o lugar como conceito chave para atração turística, além das diferenciações territoriais, em uma escala mais abrangente. Conceitos geográficos estão inerentes ao turismo, caracterizando essa atividade que pode servir de instrumento para a integração social e consequentemente um desenvolvimento não apenas voltado para o valor mercantil da natureza, mas um desenvolvimento das relações humanas, principalmente por estarem localizados na fronteira, geralmente caracterizada como área de intensos conflitos.

Sob essas perspectivas, paralelamente à atividade econômica em questão, estão duas cidades de países diferentes cujos limites urbanos são “invisíveis” divididos por uma avenida;

a conurbação urbana é característica peculiar dos territórios analisados, o que torna mais complexa as relações que o constituem. Tendo base o fato de que “comprar” tornou-se uma forma de prazer nos dias atuais, no turismo de compras é sinônimo de lazer. Utilizar o tempo vago – fora da rotina assalariada - consumindo mercadorias, seja de primeira necessidade ou não, é em primeira instância além das políticas público-privadas – que favorecem os preços mais acessíveis - o que impulsiona o fluxo de pessoas para as duas cidades. O território passa a ser planejado a partir desses fluxos e todas as suas consequências. Podemos também ter ideia do turismo alterno ao turismo com consumo direto de mercadorias, com a hipótese de que estas novas formas ou seguimentos sejam complementares ao turismo de compras, aprofundando mais as relações entre diferentes territórios, mas com culturas próximas.

A primeira parte do trabalho se voltará para questões teóricas do modo capitalista de produção – apropriação da natureza pelo valor de troca - assim nos esclarecendo meios para compreender as causas das contradições em que se estrutura tal atividade econômica. Será discutido posteriormente, a respeito da competição e o discurso de associação, que se trata de uma contradição em termos - no modelo econômico vigente - contrapondo documentos elaborados por setores brasileiros - em relação ao turismo - que manifesta a associação para um crescimento da atividade. Analisaremos as contradições inerentes ao modo de se tratar turismo como instrumento de associação, mas fomentando a competição, em um caráter mercadológico; pois a desigualdade é necessária para a reprodução dessa lógica, além dos motivos de determinados lugares serem mais valiosos do que outros para o mercado.

A segunda parte do trabalho busca conciliar a ciência geográfica com a atividade turística, tomando como base os conceitos de lugar e território turístico, cuja não existência tornaria o turismo sem fundamentos. Posteriormente, contextualizando o seguimento comercial da área em análise, desde a sua gênese, envolvendo questões agrárias e seus conseqüentes desdobramentos que implica em um poder hierárquico econômico do Brasil perante o Paraguai; questões políticas históricas que contribuem negativamente para as sociabilidades fronteiriças. Na última parte do trabalho, segue a análise dos dados primários coletados para complemento teórico. Foi possível notar em questionário aplicado - a partir da amostra coletada de cem pessoas – na cidade de Dourados (MS), uma indecisão em se adentrar além da fronteira, juntamente com o fato de suma maioria não ter praticado turismo além das compras, o que sugere um incipiente potencial para atividades desdobradas, e assim, um novo reordenamento territorial.

Com os dados da amostra e com uma perspectiva geográfica (interdisciplinar), buscaremos aqui compreender a produção e organização do espaço, relacionando o poder do

capital que utiliza como instrumento o turismo para sua reprodução, e assim, analisar as complexas territorialidades sobre a fronteira. Ao processar as informações obtidas, criaremos as considerações finais ao analisar as cidades, cujo turismo de compras é a sua força econômica formal e hegemônica.

I - O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

A nossa realidade nos mostra uma sociedade dividida em classes, produto de um sistema contraditório pautado na propriedade e na existência de contrastes, principalmente no quesito qualidade de vida. Existem os que vivem com grande poder aquisitivo e os que através de muito trabalho apenas sobrevivem em meio a esse mundo de intensas disputas, sendo essa busca pela sobrevivência um fator essencial para a boa vida dos seus "superiores". Para decifrar essa complexa necessidade da existência da desigualdade entre classes, nos cabe utilizar a teoria marxista para compreender o funcionamento do modo de produção capitalista, a relação social responsável pelos contrastes em que os trabalhadores não são capazes de enxergar, por conta da imposição da classe dominante para manutenção dessa realidade.

A partir do momento em que a natureza torna-se mercadoria, transformada através do trabalho social, ela recebe um valor. Esse valor possui de forma intrínseca o valor de uso e o valor de troca, sendo o último, de suma importância para o Capitalismo, mas sempre agindo dialeticamente com o valor de uso. Utilizando como referencial as palavras de Smith (1988, p.94):

> Com a apropriação da natureza em escala mundial, a natureza é progressivamente produzida de dentro e como parte da chamada segunda natureza. A primeira natureza é destituída do fato de sua primitividade, sua originalidade. A causa desta troca qualitativa nesta relação com a natureza repousa na relação alterada entre o valor-de-uso e o valor-de-troca. Os diferentes estágios de desenvolvimento das relações econômicas, valor de troca e valor de uso, estão determinados nas diferentes relações. Então, sob o capitalismo, parte do valor de troca já não é mais meramente um dos acessórios do valor de uso. Com o desenvolvimento do capitalismo em escala mundial e a generalização das relações de trabalho assalariado, a relação com a natureza é antes de mais nada uma relação de valor de troca. (SMITH, 1988, p.94)

Os dois tipos de valores são dependentes um do outro. O modo de produção passa a surgir a partir do momento em que a sociedade se organiza para a produção de suas mercadorias, mas caracterizava-se principalmente por conta do surgimento da moeda, como nos mostra Smith (1988, p.78) "Para facilitar ainda mais este conjunto de trocas, desenvolveu-

se o bem dinheiro. Seu valor-uso é precisamente sua capacidade de “representar" o valor de troca puro". Anteriormente ao modo capitalista de produção, predominavam o modo escravista, que não possuía mão de obra assalariada. No modo de produção feudal, em que os servos que habitavam o interior do Feudo trabalhavam em troca da permissão de habitar uma porção de terra (obtendo proteção) por parte do senhor feudal, e através da produção de suas próprias subsistências para sobrevivência, começaram então a surgir excedentes; originando assim o comércio paralelamente com o fim do feudalismo, de acordo com Kautsky (1986).

Ao se deparar com desafio de obter suas necessidades básicas para a sobrevivência com um número cada vez maior de indivíduos, na produção do chamado processo civilizatório, a sociedade se organiza e produz um modo de produção estruturado através da divisão social do trabalho. A partir desse princípio de organização, certas pessoas foram designadas a serem responsáveis por determinadas funções, seja um trabalho manual ou em outro nível hierárquico, recebendo em troca o valor correspondente à sua produção. Ou seja, sendo então gratificadas de forma assalariada. Em busca de uma compreensão da relação entre trabalho e a natureza no modo de produção capitalista, tendo Karl Marx como referencial, nos mostra Smith (1988):

> Portanto, a produção da vida material não é apenas uma atividade natural, na qual a natureza supre o sujeito, objeto e instrumento do trabalho. Em uma economia de troca, a apropriação da natureza cada vez mais é regulada por firmas e instituições sociais e, destarte, os seres humanos começam a produzir mais do que o suficiente para sua subsistência. Tudo isto pressupõe o desenvolvimento e a ampliação da divisão do trabalho, a produção para a troca pode persistir de maneira incidental somente onde dita divisão do trabalho não existe. (SMITH, 1988, p.77)

Produzir o espaço por meio da divisão social do trabalho é a base para o modo de produção capitalista. A classe trabalhadora é livre para vender a sua força de trabalho, diferentemente dos outros modos citados anteriormente, não podemos negar então que houve certa melhoria nas condições de vida dos menos favorecidos. Dessa forma, a disputa de classes é pautada pela relação entre os que vendem a sua força de trabalho e os que detêm os meios de produção (a terra é o principal meio de produção).

Tomando como base as premissas anteriormente citadas, podemos compreender como a produção do espaço geográfico através do modo de produção capitalista, é responsável pelas extremas desigualdades sociais seja em nível global a partir da expansão da lógica do

mercado (igualização), e em nível local, a partir de uma diferenciação marcada pelos contrastes sociais. O capitalismo necessita se expandir, estando o mesmo em constante movimento, capital parado não possuiu nenhuma utilidade, Smith (1988, p 87) nos diz que "De baixo da ordenação do processo de acumulação o capitalismo como um modo de produção deve-se expandir continuamente para poder sobreviver. A reprodução da vida material fica totalmente dependente da produção do valor excedente." A busca pelo lucro envolve todos os cantos do globo, afetando não apenas o sistema econômico em si, mas traz consigo toda uma carga ideológica, que se materializa através do espaço produzido, caracterizado pelo consumo desenfreado e a busca por excedente de capital, sempre considerando a natureza uma mercadoria, compreendemos então:

> O capitalismo herda um mercado mundial global — um sistema de troca e circulação de mercadorias — que ele digere e então regurgita como sistema capitalista mundial, um sistema de produção. Para atingir este ponto, a própria força de trabalho humano é convertida em mercadoria, produzida como qualquer outra mercadoria de acordo com relações sociais especificamente capitalistas. A meta do capital é a produção na natureza na escala global e não somente um crescente manejo habilidoso sobre a natureza. (SMITH,1988, p.103)

Para compreender a existência da desigualdade, penso ser adequado analisar o funcionamento da divisão social do trabalho. A função do Estado é fundamental nessa questão, pois a partir das políticas trabalhistas (regulamentação), se determina o salário mínimo que um trabalhador deva receber; valor considerado o mínimo para a sobrevivência do mesmo. Os detentores dos meios de produção necessitam, ao criar uma mercadoria, obter o seu retorno de investimentos capitais, uma remuneração do que foi investido primeiramente. Para existência da acumulação, o capitalista deverá obter a mais-valia da sua mão de obra, que seria o fato de aumentar a produtividade, sem que os seus funcionários recebam o valor proporcional ao trabalho realizado; uma fração do trabalho criado, mas sem ser remunerado em troca. Enquanto o lucro se concentrar nas mãos da minoria, a desigualdade sempre tenderá a aumentar no atual modo de produção em que vivemos hoje, como nos mostra SMITH (1988).

Cria-se a necessidade de outras atividades com a chegada da tecnologia, ferramenta essencial para geração de acúmulos de produtividade, que em si, não é responsável pelo desemprego, e sim as relações sociais que tornam as pessoas pobres a partir das máquinas. Com certo número de trabalhadores que perderam seus empregos por conta da tecnologia, surge então o chamado exército industrial de reserva, com trabalhadores dispostos a receber

um baixo salário estipulado pelo capitalista ou pelo Estado (salário mínimo). Sofrendo essa pressão exterior, consequentemente os trabalhadores empregados, hesitarão em fazer greves, mas que não podemos negar o fato de que a partir de um determinado grau de exploração, possa surgir uma revolução. A cerca desta questão podemos utilizar as palavras de Harvey (2011) em relação à importância do trabalhador em nosso atual modo de produção:

> No processo de trabalho, no entanto, o capitalista é basicamente dependente do trabalhador. O trabalhador produz o capital sob a forma de mercadorias e desse modo reproduz o capitalismo. Se o trabalhador se recusa a trabalhar, pousa as ferramentas, luta por seus direitos ou joga areia na máquina, o capitalista fica impotente. Por mais que os capitalistas organizem o processo de trabalho, o trabalhador é o agente criador. (HARVEY, 2011, p.88)

Diversos fatores determinam o custo da força de trabalho, que é o responsável pela maior ou menor inserção da tecnologia no modo de produção. O trabalho é muitas vezes o fator que leva a uma queda na taxa de crescimento dos lucros, e como tudo que bloqueia o crescimento e movimentação do capital, surgem as conhecidas crises capitalistas, algo inevitável perante um sistema cheio de contradições.

Ao passar dos anos, o capitalismo se caracterizou por diferentes regimes (conjunto de estratégias) de atuação, que se diferenciam em alguns pontos. O regime de acumulação se materializa na forma de hábitos, políticas, culturas, normas, leis, regulamentações, valorização e desvalorização de espaços geográficos dentre outros. As dinâmicas do capitalismo são afetadas por ações do Estado, instituições (religiosas, políticas, sindicatos), poder das grandes corporações, interferências diretas (controle de salário e preços) e/ou indiretas (hábitos de consumo).

O Taylorismo no início do século XX, com o seu idealizador Frederic Taylor, criou um sistema de organização industrial, estipulando que os funcionários deveriam exercer apenas uma atividade, tornando-se assim especialistas em determinada função (movimentos repetitivos). Posteriormente com grande impacto inicia-se o regime de acumulação Fordista, com início no fim da 2.º Grande Guerra Mundial, em 1945 com duração até aproximadamente 1973, com a primeira crise do petróleo, prosseguindo então com outro regime de acumulação que veremos posteriormente. O regime Fordista se caracterizou pela produção em massa para consumo, e mercadorias padronizadas (parecidas) para facilitar a produção, causando então alterações no paradigma industrial. Henry Ford o fundador de uma das maiores indústrias automobilísticas na época, situada nos Estados Unidos, concedia um salário razoável aos seus

funcionários, para que os mesmos tivessem poder aquisitivo para consumir produtos. Harvey (1993) nos mostra o contexto perante o período pós-guerra, culminando assim com o surgimento da grande potência norte-americana:

> A América agia como banqueiro do mundo em troca de uma abertura dos mercados de capital e de mercadorias ao poder das grandes corporações. Sob essa proteção, o fordismo se disseminou desigualmente, à medida que cada Estado procurava seu próprio modo de administração das relações de trabalho, da política monetária e fiscal, das estratégias de bem-estar e de investimento público, limitados internamente apenas pela situação das relações de classe e, externamente, somente pela sua posição hierárquica na economia mundial e pela taxa de câmbio fixada com base no dólar. Assim, a expansão internacional do fordismo ocorreu numa conjuntura particular de regulamentação político-econômica mundial e uma configuração geopolítica em que os Estados Unidos dominavam por meio de um sistema bem distinto de alianças militares e relações de poder." (HARVEY, 1993, p.131)

Com essa nova política de controle e gerência do trabalho, os EUA conseguiram obter elevadas taxas de crescimento econômico, criando um movimento de concentração e centralização do capital. Após a 2º Guerra Mundial, com a Europa em ruínas, grandes potências passaram a ter os EUA como credores, consolidando - se o mesmo, consequentemente com as maiores empresas (monopólio).

O Estado, considerado o maior agente econômico capitalista, por cobrar impostos, assegurava o processo de reprodução do regime de acumulação, investindo em infra-estrutura, mas também principalmente por ser responsável por exercer a mediação no controle da força de trabalho e sua remuneração. As pessoas deveriam consumir mercadorias, os serviços sociais (saúde/educação) passaram a ser oferecidos de forma pública para os cidadãos, incorporando então a doutrina Keynesiana (regime de regulação), porém Harvey (1993, p.157) nos aponta a seguinte questão "Como sempre fora parte do consenso político fordista que as redistribuições deviam se fundamentar no crescimento, a redução do crescimento significava inevitavelmente problemas para o Estado do bem-estar social e do salário social.". Caso ocorresse – não dificilmente – uma interrupção de crescimento econômico, certamente não seriam as classes abastadas a sentir as piores consequências da falta de serviços de subsistência. Era obrigação de o Estado investir na infra-estrutura, para que a iniciativa privada acelerasse a obtenção de lucro. Os diferentes lugares passam a ser encurtados através do desenvolvimento dos transportes e comunicação. Harvey (1993) perante todas as questões sociais que envolvem o modo de produção, a priori, relacionando o regime "rígido" Fordista - Keynesiano:

> No espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma. Essas experiências podem representar os primeiros ímpetos da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinta. (HARVEY, 1993, p.140)

Na lógica capitalista de geração de crises, problemas interrompem o desenvolvimento baseado no modelo fordista keynesiano nos EUA. A recuperação da Europa juntamente com o Japão, fez com que aumentasse a concorrência, principalmente com a incorporação tecnológica pós-guerra (para ser competitivo, deve haver uma transformação tecnológica) e a industrialização nos países em desenvolvimento, ainda que de forma inicial. Foi no Japão, que ocorreu uma mudança crucial no modo de produção, relacionada ao modelo operacional adaptada em forma de células de produção, nas palavras de Harvey (1991, p.148) "A produção em pequenos lotes e a subcontratação tiveram por certo a virtude de superar a rigidez do sistema fordista e de atender a uma gama bem mais ampla de necessidades do mercado, incluindo as rapidamente cambiáveis." Não existiam mais uma única empresa ocupando um enorme espaço, com grandes estoques, e sim uma constante flexibilidade comercial com cada atividade sendo segregada, sendo as células menores (fornecedores), responsáveis por sustentar a célula principal (centro de montagens de veículos), modelo conhecido como Toyotismo em 1973. De acordo com Harvey (1993, p.177) "(...) houve uma imensa mudança na aparência superficial do capitalismo a partir de 1973, embora a lógica inerente da acumulação capitalista e de suas tendências de crise permaneça a mesma.". A produção flexível (toyotismo), a partir da prática de terceirização, as empresas passaram a possuir menos funcionários, tendo como consequência a diminuição da força sindical. Com a diminuição do poder dos trabalhadores, torna-se assim mais propensa a reprodução do capital, o Espaço passa a ser produzido de forma muito rápida, trocar de emprego torna-se mais fácil, tudo se torna mais líquido (moldável, dinâmico), consolidando-se assim o regime de acumulação Flexível.

A partir da flexibilidade no processo de trabalho, e paralelamente ao surgimento de novos seguimentos econômicos[1], novos setores de produção se desenvolvem, com destaque para os serviços financeiros; Harvey (1993, p.184) "(...) na atual situação, deveremos concentrar o nosso olhar nos aspectos financeiros da organização capitalista e no papel do crédito". A aceleração do tempo é uma característica marcante na vida das pessoas e, não

[1] A atividade turística passa a compor de forma considerável a economia dos países.

mais só, as mercadorias estão sujeitas a esse ritmo racionalmente imposto. O Capital necessita se locomover de forma ininterrupta, com o seu excedente sendo aplicado novamente, sempre em busca de lucro.

No modelo flexível, torna-se necessário a incorporação do tempo livre na economia de mercado, os trabalhadores enquanto não estão exercendo a sua função assalariada, estão consumindo mercadorias (ser explorado sem estar trabalhando). De fato, pessoas que não consomem, não são de utilidade para o sistema em questão.

A produção do capitalismo possui a natureza como mercadoria[2], o espaço geográfico é transformado perante uma ideologia de consumo; consequentemente, esse pode ser considerado um sistema insustentável, pois os meios naturais são finitos. Em busca do lucro, mas de uma forma menos agressiva para o meio ambiente - o turismo necessita preservar o seu atrativo turístico, pois é o lugar que caracteriza a atividade em si e o fluxo social gerado - passa a ser uma atividade em que preenche as necessidades não apenas econômicas e sustentáveis, mas também culturais da sociedade capitalista. Viajar passa a ser uma necessidade, um item essencial para obter felicidade, principalmente em períodos de férias ou em outros casos específicos, sejam promoções ou datas festivas – a partir das conquistas de direitos trabalhistas. A natureza passa a ser contemplada, mas os lucros obviamente continuam nas mãos da minoria, e assim as classes baixas sendo excluídas do processo de acumulação, carregando sempre o fardo do trabalho pesado.

II - O ESPAÇO TURÍSTICO

Damos sequência ao pensamento de que a produção do espaço geográfico, no atual contexto histórico, é modelado por meio de relações baseadas a priori na competição econômica, gerando forças que dividem a sociedade em classes e o espaço em territórios. O turismo, atividade que será o foco de análise desse trabalho, desempenha o mesmo papel de instrumento explorador do capital na sociedade.

> O turismo diz respeito a viagens, pessoas e lugares, sempre com novos significados. Antes, as viagens ocorriam em busca da sobrevivência, com fins mercantis, para apreender e entender o mundo, peregrinar, aventurar-se em viagens turísticas. Hoje, entram em jogo, novos componentes – o lazer e o prazer. Viajando, inevitavelmente as

[2] O espaço geográfico é a matéria prima do turismo, as categorias geográficas estão intrinsecamente relacionadas à ciência geográfica, Teles (2009).

> pessoas relacionam-se com aquelas que permaneceram nos lugares definindo-se, com efeito, dois grupos distintos: os turistas e os residentes; os que brincam e os que trabalham. Assim, as análises estão voltadas para os que fazem turismo e para os que trabalham no turismo, sendo, portanto diferentes focos de investigação. (CORIOLANO, 2005, p. 16)

Como dito anteriormente, a realidade e toda sua materialidade socialmente construída ao longo do tempo, torna a maioria das pessoas cegas em relação à essência dos acontecimentos e fatos que as rodeiam. Ao praticar turismo estamos consumindo um produto final de fato, muito atrativo, mas que na sociedade capitalista sucumbe uma série de acontecimentos nenhum pouco atraente, longe de transmitir paz e momentos de tranquilidade. Segundo Coriolano (2005) existe sempre os que trabalham e os que não utilizam o turismo como sinônimo de felicidade, esses explorados tornam-se invisíveis na maioria das vezes, pois transmitem a sensação de que o mundo não é perfeito ou justo com todos; fato esse que contradiz com a prática dessa atividade econômica em questão. Ao analisar o Espaço Geográfico de forma crítica, iremos analisar a prática turística em diversas perspectivas, pois existem formas com diferentes pesos de se fazer turismo, caso contrário a Geografia não estará desempenhando o seu verdadeiro papel como ciência.

A partir do ponto de vista da geografia, de acordo com Fontoura (2008), é possível relacionar o turismo com conceitos inerentes do saber geográfico, como natureza, paisagem, lugar e território. A intenção é perpassar por estes conceitos, focalizando-se nas reflexões sobre turismo e a escala espacial territorial, incluindo as apreciações necessárias para as discussões envolvendo as territorialidades do turismo. O autor também nos mostra que por se caracterizar como um fenômeno complexo e interdisciplinar, o turismo deve ou deveria ser analisado sob diversos prismas; abordando as vertentes sociais, econômicas, culturais, políticas e ambientais, a partir de uma análise integradora.

Coriolano (2005, p.42) nos mostra a relação não somente do explorador e explorado, mas também do trabalho e o tempo livre “A exaltação exacerbada do trabalho fez surgir o não-trabalho, o tempo livre e o lazer. E, assim, não há como afastar a análise do turismo do mundo da produção e das contradições do modelo produtivo vigente”. Portanto iremos compreender o Espaço, não apenas na aparência ou essência do mesmo, mas uma relação entre os dois.

Luchiari (2002) salienta que a partir do olhar geográfico “(...) uma abordagem sócio-espacial de uma das atividades econômicas que mais cresce atualmente, alicerçada pelas

estratégias do mercado", não se pode apenas considerar relações técnicas, mas sim mediações políticas, científicas e da própria sociedade. A autora nos mostra que a partir de diferentes formas de apropriação dos meios naturais por parte de ações sócio-políticas, a atividade turística deve ser analisada através da "(...) categoria território como referência, pois a organização territorial já é em si uma mediação entre a sociedade e natureza" Luchiari (2002); em meio a esse espaço de disputas, novos termos como sustentabilidade ambiental/social aparecem no discurso desenvolvimentista, como forma de justificar tal atividade econômica, mas são discursos carregados de ideologias que muitas vezes não condiz com a realidade, toda atividade turística causa impacto para o ambiente; é um produtor de espaço geográfico, de acordo com Knafou (1999).

O turismo como território, fornece estrutura para uma melhor compreensão dos processos de Produção e organização do espaço; análise dos impactos sociais, econômicos e ambientais que possam ser resultantes do produto territorial, de acordo com Fontoura (2008). A sociedade contemporânea considera o turismo com grande importância por se tratar de uma prática social, econômica e ecológica, que produz e organiza o espaço; desse modo, a abordagem geográfica e territorial do turismo fornece estrutura para uma melhor compreensão dos processos de produção organização do espaço, análise dos impactos sociais, econômicos e ambientais que possam ser resultantes do produto territorial, e o estabelecimento de diferentes relações de poder e territorialidades, de acordo com o autor citado. A análise da abordagem territorial do turismo necessita expor as relações de poder estabelecidas por ele, assim destacado com as análises estabelecidas por Raffestin (1993), quando este afirma que o território se forma a partir do espaço, sendo o resultado de uma ação conduzida por um ator que estabelece relação de interdependência com outros; segundo o autor, ao se apropriar do espaço, o agente social estabelece relações de poder, dessa forma, territorializa o espaço onde se projetaram suas ações. De forma clara, Fontoura (2008) nos diz que territórios são construídos e desconstruídos socialmente, podendo ter um caráter permanente ou não.

O espaço produzido em parte, através do turismo, nos mostra Luchiari (2002) que podemos ousar construir novas formas de interpretação dos lugares turísticos, a autora nos diz que o lugar possuiu uma relação direta com o mundo em si "A complexidade do mundo reconhecida no lugar ajuda-nos a compreender a totalidade do mundo e a totalização do mundo no lugar" (LUCHIARI, 2002, p. 10), considera também o turismo como uma atividade que justifica essa manifestação do mundo no lugar; tornando possível o desenvolvimento de novas formas de sociabilidade. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz

dele objeto de análise social, portanto o seu entendimento é fundamental para compor a natureza histórica dos lugares, Santos (1994). Para Fontoura (2008, p.06) "No turismo percebe-se a influência do lugar enquanto conceito-chave para a determinação dos motivos pelos quais a turistificação dos territórios é desencadeada.

Considerando o território turístico na fronteira entre Ponta Porã (MS) e Pedro Juan Caballero (PY) tendo o turismo de negócios (turismo de compras) como atrativo principal, e possuindo certa resistência por parte dos visitantes[3] em se adentrar além do limite entre os dois territórios, ou se adentrar para além das compras, conforme o questionário aplicado; passamos a partir dessa compreensão, considerar que as sociabilidades que se distanciaram possam ser restabelecidas, incluídas no conceito de urbanização turística Luchiari (2002). Levando em conta que formas alternas ao turismo hegemônico possam contribuir para melhores relações entre brasileiros e paraguaios, criam-se novos atributos sensoriais em relação com o lugar, uma revalorização da paisagem, pois o turismo pode contribuir para a diminuição dos tradicionais rótulos de que a fronteira é apenas um espaço de conflitos diretos e de violência e tráfico; tais problemas contidos em suma maioria em centros urbanos espacialmente desiguais e não somente em áreas fronteiriças. Fontoura (2008) diz:

> O espaço turístico existe em função da presença do turista, o qual interage com o espaço social e com as pessoas nele inseridas, trocando experiências e construindo uma imagem recíproca da sociedade receptora. Esse fluxo de experiências e informações trazidas pelo turismo promove interações espaciais que influenciam o modo de organização espacial e de ordenamento territorial do local. (FONTOURA, 2008, p.08).

Portanto um planejamento territorial é fundamental para a constituição desse espaço para atrair e manter o fluxo de pessoas interessadas em desfrutar da mercadoria[4] em oferta, levando em consideração o conjunto de sistemas de objetos (atratividade, hospedagem, condições de acesso), tornando o turismo um grande agente condicionador do território em questão; dessa forma, ocorre a transformação do espaço em território turístico, Fontoura (2008).

No contexto capitalista em vigência, o turismo de acordo com Nicolás (1996), possui um grande poder; o de proporcionar um desenvolvimento econômico em territórios que sem o

---

[3] De acordo com questionário realizado com turistas de Dourados (MS). QUESTIONÁRIO (2016).

[4] Atrativo turístico.

atrativo turístico, seria apenas mais uma porção espacial excluída da lógica mercantilista de produção. Isso não significa que essa atividade seja a solução de todos os problemas sociais, muito pelo contrário, como foi explicado no capítulo anterior, em relação ao modo de produção capitalista e as contradições inerentes no mesmo.

No Brasil, por exemplo, temos os agentes políticos [5]gerenciando a atividade turística com manuais, relatórios e é claro, através de leis. O discurso mostra-se a favor da produção associada ao turismo, como podemos observar no manual para o desenvolvimento e a integração de atividades turísticas:

> A proposta deste trabalho é desenvolver uma ferramenta metodológica detalhada para a melhoria da atividade turística baseada em princípios de planejamento e experiências de sucesso na área, apresentando técnicas que possibilitem promover a integração entre artesanato, manifestações culturais e produtos agropecuários, ressaltando a importância de se agregar valor às atividades turísticas por meio da produção associada ao turismo. Dessa forma, é possível destacar valores como a sustentabilidade, a autonomia, a inclusão e o diferencial na construção de uma atividade turística. (MANUAL, 2011, p. 06)

Nota-se preocupação em associar diversas atividades econômicas, principalmente em relação aos pequenos empreendedores, em prol da atividade turística; no caso existiriam em detrimento à atividade em análise, pois o turismo é o agente condicionador do território. Diferentes segmentos econômicos possibilitam a diversificação da oferta turística, de acordo com Manual (2011).

Paralelamente ao discurso de associação, o Estado capitalista – brasileiro - defende contraditoriamente a competitividade entre os diferentes segmentos econômicos. Dessa forma o atrativo turístico é considerado em escala sócio econômico, em sua forma mais racional, como podemos observar no relatório de Índice de Competitividade do Turismo Nacional; elaborado pelos órgãos públicos[6] brasileiros no ano de 2015:

> Por sua vez, as abordagens da competitividade sob a ótica da administração são voltadas a uma análise mais estrutural, derivada da disposição, uso e aplicação dos recursos, (...) isto é, do que serve de base para a tomada de decisões e execução de ações. Pauta-se a competitividade pela eficiência de uma nação, indústrias ou segmentos econômicos na gestão de tais recursos. (INDICE, 2015, p 29)

---

[5] Ministério do Turismo (MTur).

[6] Publicado em parceria com o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoios às Micro e Pequenas Empresas) e Fundação Getúlio Vargas.

Considerando a racionalidade da competição econômica, a busca pela associação torna-se superficial, pois os interesses no atual modo de produção é o lucro, logicamente é inviável se associar com quem se busca competir, seja entre as atividades que buscam desenvolver o atrativo turístico e todos os seus sistemas de objetos necessários, ou entre os próprios atrativos turísticos de determinado território turístico.

> (...) para que os destinos explorem todo o potencial competitivo, é fundamental que se conheçam e se identifiquem os recursos disponíveis, favoráveis ou desfavoráveis, bem como a relação com o ambiente externo. Isso pode ser trabalhado por meio do monitoramento da atividade turística, da implementação de ações que permitam o acompanhamento contínuo dessa atividade e da elaboração de estratégias que se pretende adotar para promover o desenvolvimento local. (INDICE, 2015, p.31)

A partir dos resultados obtidos, e da lógica capitalista; a tendência é de que os pontos turísticos que se destacam com o índice de competitividade, sejam vistos pelos olhos do poder público e privado com mais atenção comparado com locais que possuem um incipiente desenvolvimento econômico/político em relação ao turismo. Podemos observar na seguinte citação os determinismos que constituem o pleno desenvolvimento, ou não, de tal atividade:

> Por fim, cabe ressaltar que alguns destinos podem encontrar limites para alcançar o nível máximo de competitividade em todas as dimensões - seja por características geográficas, seja por aspectos econômicos menos gerenciáveis, seja por objetivos específicos (INDICE, 2015, p.31)

Em Mato Grosso do Sul, os únicos destinos pesquisados para o cálculo do Índice de Competitividade, foram as cidades de Bonito, Campo Grande e Corumbá. As outras opções de turismo dentro da citada unidade federativa, tornam-se invisíveis perante aos números, contudo ao analisar os fluxos[7] na fronteira entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, é notório o considerável poder atrativo desse local. Como o próprio Índice nos mostra em relação às diferentes territorialidades por diferentes atrativos turísticos, assim “Dentre os estudos que esperam dimensionar a competitividade de destinos turísticos, em comum há o reconhecimento dos quesitos dispostos nos territórios, como atrativos e recursos naturais”, Indice (2015, p.30).

O Brasil de acordo com Índice (2015) é o 9º lugar no ranking das maiores economias de turismo no mundo. O turismo participa diretamente com 3,5% do PIB e resulta na geração

[7] Nesse trabalho, consideramos o fluxo de turistas da cidade de Dourados (MS) para a fronteira entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero.

de 3,14 de empregos diretos, dados do MTE 2014[8]. Desse modo, é de suma importância planejar e considerar o turismo como importante produtor espacial, ou seja, analisar suas consequências sociais e não apenas econômicas. O discurso de competitividade não busca solucionar questões históricas de desigualdades socioespaciais; pelas palavras do senhor presidente do Sebrae Nacional, a forma de resolvermos os problemas é competir, atribuindo ao mercado o papel solucionar questões complexas, mas explicitadas pela ciência Geográfica :

> "Momentos de crise são delicados e indesejáveis, mas também é inegável que tendem a ser propícios para melhorar a competitividade. Pois são nesses períodos em que o gestor se volta ainda mais para sua atividade, com o intuito de avaliar onde pode ser mais eficiente, como agilizar processos e estar mais atento à necessidade de seus clientes." Guilherme Afif Domingos [9]

De acordo com Knafou (1999), existem três fatores que tornam o território fontes de turistificação; sendo o fluxo de turistas o principal fator, por buscarem novas paisagens e experiências que agradam as suas percepções sensoriais. Seguidamente o mercado é outro agente de importância por conta da oferta e a demanda, relacionado pelas relações econômicas estabelecidas no território. Por último, os agentes responsáveis pelas tomadas de decisões em níveis políticos, os planejadores e promotores do território; não necessariamente são os representantes políticos de cada território, mas sim todos os que possuem influência na tomada de decisão, como podemos observar:

> As políticas públicas para o desenvolvimento do setor de turismo são elaboradas em diferentes esferas de governo: municipal, regional, estadual e federal. Nesse sentido, planejamento e intervenções são implementados por diferentes órgãos, possibilitando, muitas vezes, um conjunto diferente de objetivos e resultados. (...) o desenvolvimento do turismo não atinge um ponto de excelência caso seja deixado inteira e unicamente nas mãos do setor público ou do privado, já que o primeiro, teoricamente, tende a voltar seus objetivos para maximizar os benefícios sociais, e o segundo, para os lucros. (INDICE, 2015, p.67)

Entra em questão o tempo livre do assalariado (turista) - consequência de conquistas histórias dos trabalhadores, principalmente pós 2º Guerra mundial - ligado à busca pelo lazer ou outras práticas diversas de acordo com Castro (2006), pois é a forma de desprender-nos de ações não naturais de domínio que o homem sofre ao ter que cumprir a sua jornada de trabalho. Coriolano (2005, p.49) salienta que "Na Modernidade, o trabalho, que era castigo para escravos, passou a ser privilégio. Foi ele que permitiu a produção e acumulação de uma

[8] Ministério do Trabalho e Emprego.

[9] Presidente do Sebrae Nacional – 2015.

fabulosa riqueza. Por causa dele, se dá importância ao não-trabalho, ao tempo livre e ao turismo". A autora nos mostra a relação capital/tempo livre dos trabalhadores, não somente com a prática do turismo, mas também como lazer local; cuja diferença em si está no lugar em que se realiza essa prática, pois para ser turismo, é necessária uma migração do seu local de origem, para consumir em outro lugar.

Ao atravessar fronteiras (viajar) para desfrutar do lazer, passa-se a existir o Turismo, caso contrário essa necessidade é correspondida através do lazer local:

> Quem não faz turismo, por não poder viajar, precisa satisfazer essa necessidade no lazer local. Lazer é uma necessidade básica; o turismo não, passou a ser necessidade por indução do modelo econômico. (CORIOLANO, 2005, p. 44)

Obviamente que o lazer comprado é de acesso limitado, mas envolve diferentes agentes que fazem parte dessa produção espacial, com ação direta ou indireta; primeiramente com a característica do capital de igualização e diferenciação, áreas que ficam fora dos grandes centros turísticos (distante do litoral), como as cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, passam a integrar a rede global de movimentação financeira, pessoas e mercadorias, como nos mostra:

> O turismo é um fenômeno próprio das classes ricas e médias, daqueles que podem comprar lazer. Apesar de não atingir todos os grupos populacionais chegou a todos os continentes, a muitos lugares periféricos, ampliando seu raio de ação aos locais considerados subdesenvolvidos e relativamente, inserindo as classes pobres. (CORIOLANO, 2005, p. 13)

O lazer possuiu um espaço essencial no poder desenvolvimentista do Turismo, pois está paralelamente relacionado com o consumo. De acordo com Coriolano (2005, p.45) "Entenda-se o turismo como um tipo de lazer sofisticado que exige um deslocamento, consumo. Um dos caminhos atuais da reprodução econômica, ou do capital financeiro que se realiza produzindo espaços. Sem o domínio do espaço o turismo não pode se realizar". Podemos observar com mais clareza a estreita relação entre a Geografia e Turismo, a partir da ideia do domínio do espaço. Sem as diferenciações geográficas não existiria turismo, sem diferenças entre escalas espaciais sejam elas territoriais, regionais e de paisagens, o lazer como Turismo e o mesmo como transformador do espaço, não seria análise de estudos hoje, é necessária a existência de fronteiras para que exista o Turismo. Mas que fique claro segundo Coriolano (2005, p.43) que "viagem sempre existiu desde a origem do homem, mas turismo

não. Este é uma invenção do capitalismo*”*, não podemos nos prender em um conceito natural determinista, e sim em diferentes forças de atuação na produção do espaço geográfico.

A partir das análises geográficas sobre uma porção espacial influenciada pelo Turismo, surgem diversas definições como nos mostra Coriolano (2005, p.120) “a Geografia do Turismo estuda os espaços ocupados pelo turismo e às vezes ajudam a denominar o próprio segmento turístico, como, por exemplo, turismo de natureza, litorâneo, rural e urbano, ou seja, analisa o que o espaço oferece para viabilizar o turismo”, sendo as cidades conurbadas de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero; caracterizado por pessoas que migram para a fronteira para desfrutar do comércio e preços mais atraentes encontrados principalmente no lado Paraguaio, realizando assim o turismo de compras.

III – CONSTITUIÇÃO DO TURISMO DE COMPRAS NA FRONTEIRA PONTA PORÃ (BR) E PEDRO JUAN CABALLERO (PY)

Através do contexto histórico de formação sócio espacial, iremos analisar o espaço fronteiriço a partir da compreensão da inserção dos imigrantes brasileiros no país vizinho, de acordo com Albuquerque (2010), utilizaremos os conceitos de frente de expansão econômica, imigração fronteiriça, fronteiras híbridas nesse espaço em que se configura não apenas a fronteira institucional, mas múltiplas formas de fronteiras. A partir dessa consideração, analisaremos o contexto de aproximação entre os dois países Brasil e Paraguai, e o processo estrutural para a formação da atividade do comércio de mercadorias, na qual é a predominante na fronteira.

Antes de analisarmos as relações na fronteira em si, é importante salientarmos que o Brasil historicamente é marcado pela concentração de terras nas mãos de poucas pessoas, ou seja, a disputa territorial sempre foi marcada de forma desigual antes mesmo da formação do Estado moderno brasileiro, como nos mostra Moreira (1990). De acordo com o autor, enquanto colônia portuguesa, o Brasil teve como política de terras a lei das Sesmarias[10], em que apenas teria direito ao uso da mesma, os descendentes de europeus, católicos e

[10] Ao longo da colonização, os proprietários das sesmarias tornaram-se os grandes proprietários de terra que compunham a elite colonial. Ocupando o topo da hierarquia social, não só concentravam terras, mas também seriam considerados socialmente superiores aos índios, negros e mestiços. Os sesmeiros ocupavam importantes cargos públicos, integravam os altos postos das instituições militares e garantiam seus interesses.

possuidores de pigmentação branca da pele. Os europeus a partir de questões agrárias classificaram, social e racialmente, a população brasileira, beneficiando logicamente os brancos. Sendo a terra o mais importante meio de produção, a sua concentração continuou mesmo com a independência do Brasil e o final das sesmarias (trabalho escravo), pois os trabalhadores mesmo livres não tinham recursos financeiros para comprar terra, assim sendo, o monopólio e concentração fundiária continuaram com a minoria. Historicamente índios, negros e mestiços são desfavorecidos, por conta da classificação social criada pelos brancos europeus, foi naturalizada a dominação, considerando os não brancos como inferiores, consequência sentida nos dias atuais, Moreira (1990).

No contexto atual, é claro, carregando ainda as marcas desse passado em que a grande propriedade é condição histórica Moreira (1990), poderemos relacionar esse modelo desigual e injusto de apropriação dos meios de produção com a apropriação de terras – em parte por brasileiros, como veremos a seguir – na fronteira estudada, que influencia diretamente na relação socioespacial, em que se desmembram diversos ramos econômicos, seja o agronegócio, comércio e a própria atividade turística.

No período em que o Brasil se encontrava em fase desenvolvimentista através das políticas de Juscelino Kubitschek (1955-60) e posteriormente com a Ditadura Militar (1964-85), de acordo com o Albuquerque (2010, p. 62), "(...) foram formulados e concretizados os principais projetos de integração física e econômica entre o Brasil e o Paraguai", concretizando-se assim a estratégia geopolítica do governo brasileiro em projetar interesses não só no Paraguai, mas de forma incipiente em toda a America latina. Conforme o autor:

> O interesse do Brasil em estreitar relações econômicas e políticas com o Paraguai a partir da segunda metade do século XX visava atraí-lo para sua órbita de influência e diminuir a hegemonia que a Argentina tinha na região da Bacia da Prata (ALBUQUERQUE, 2010, p. 61).

Inicialmente no lado paraguaio, o principal agente político que apoiou a inserção da geopolítica brasileira foi Alfredo Stroessner, que "(...) assumiu o poder pelo Partido Colorado e buscou outro caminho para escoar a produção nacional. Seu objetivo era sair da dependência do porto e Buenos Aires e criar um novo pulmão econômico através dos portos brasileiros" Albuquerque (2010, p. 62), procurou assim desenvolver a área próxima da fronteira com o Brasil.

A partir desse contexto, a fronteira passa a ser vista como um espaço para apropriação, de acordo com o modo de produção explicado anteriormente, em um viés econômico desenvolvimentista, dessa forma:

> As estratégias geopolíticas de aproximação entre o Brasil e o Paraguai favoreceram a entrada de muitos brasileiros no território paraguaio. Não podemos concluir categoricamente que a presença de milhares de brasileiros na fronteira do Paraguai tenha sido somente obra das políticas governamentais dos dois países. O que existiu foi uma junção de um processo espontâneo de deslocamento populacional, devido à concentração da propriedade nos estados do Sul do Brasil, com os interesses geopolíticos dos governos brasileiro e paraguaio em controlar e desenvolver a região oriental do Paraguai. (ALBUQUERQUE, 2010, p. 64)

A frente de expansão econômica brasileira, a partir da concentração da propriedade nos estados sulistas, presentes na citação anterior, nos faz entender que "o movimento migratório para o Paraguai pode ser visto como uma continuidade da frente de expansão capitalista nos estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul." Albuquerque (2010, p.65), dessa forma, de acordo com o autor:

> As fronteiras agrícolas, como processos de expansão internos, ultrapassam as fronteiras nacionais principalmente a partir da década de 1950. No início desse processo, setores mais marginalizados da frente de expansão interna "saltaram o rio Paraná", bem como alguns grandes produtores agrícolas do Sul do Brasil, e começaram a colonizar as terras paraguaias. (ALBUQUERQUE, 2010, Pag. 65)

De acordo com Zaar (2001), a denominada modernização e mecanização da agricultura, possibilitaram nos anos 70, o deslocamento de muito agricultores, posseiros e arrendatários das terras brasileiras próximas à fronteira para o Leste do Paraguai. Albuquerque (2010) nos mostra em relação aos motivos que de forma paralela aos já citados, também são formas de atração dos imigrantes brasileiros, inclusive nos dias atuais:

> Os fatores de atração da emigração brasileira para os países vizinhos foram principalmente o menor preço das terras, a mineração e os seringais, mas hoje também atraem o comércio e o mercado de trabalho no setor terciário nas cidades de fronteiras. (ALBUQUERQUE, 2010, Pag. 55)

Podemos considerar que as divisas nacionais não foram capazes de reter a frente de expansão capitalista brasileira (para a Amazônia e para o Oeste do Brasil), por conta das políticas de aproximação entre os dois países estudados, sendo a fronteira ocupada principalmente pelo capital brasileiro. Assim "o governo ditatorial permitiu (...) um grande plano de colonização agrícola na região fronteiriça com o Brasil, facilitando a entrada de empresas e colonos estrangeiros nos departamentos fronteiriços." Albuquerque, (2010, p.65),

em relação ao surgimento das cidades fronteiriças “Esses brasileiros terminaram comprando novas propriedades mais distantes do limite internacional e fundando algumas colônias que depois se converteram em cidades”. Para Albuquerque (2010, p. 67), assim, pode-se compreender a estreita relação brasileira com a produção espacial em território paraguaio, sendo de suma importância para a análise de posteriores desdobramentos por conta dessa concentração fundiária, como o comércio e consequentemente o deslocamento de diversas pessoas de outras localidades em busca de lazer[11] nesses lugares específicos.

De acordo com entrevista realizada por Martins (2010), o próprio comércio informal que surge na década de 1990 por conta de políticas pedrojuaninas, permitindo que os camelôs se instalassem em uma das principais avenidas da área comercial, é fomentado por campesinos que abandonaram a área rural e vieram para a cidade em busca de melhores condições de vida. Com o dinheiro recebido pela venda de suas pequenas propriedades buscam através da informalidade o seu meio de sobrevivência.

Como o Paraguai historicamente durante o século XX, foi impossibilitado por diversos fatores de desenvolver sua economia (industrial), contando apenas com o setor agrícola até a década de 1980, restou ao Estado paraguaio - em consequência da demanda de mercadorias industrializadas - incentivar, politicamente a partir de uma baixa carga tributária, a importação de mercadorias industrializadas[12], de acordo com o autor:

> A política paraguaia de baixar a taxa de impostos para importação de produtos industrializados a partir de 1981 e reexportar estes produtos para os países vizinhos modificou o contexto econômico e migratório nas cidades de fronteiras com as nações relativamente mais desenvolvidas (Brasil e Argentina), especialmente Encarnación, Cidade do Leste e Pedro Juan Caballero. Portanto, o comércio nestas cidades tem atraído muitos brasileiros, tanto comerciantes como comerciários e outros prestadores de serviços. (ALBUQUERQUE, 2010, p. 67)

Para Albuquerque (2010, p. 79) “a partir do final da década de 1970 e início dos anos 1980 se ampliaram os processos de mecanização e de concentração da propriedade da terra nessa faixa de fronteira”, dessa forma:

> A partir desse contexto, aumentaram as compras de terra aos camponeses paraguaios e aos pequenos produtores brasileiros (...), Nesse processo, começaram os deslocamentos de camponeses paraguaios e brasileiros para outras frentes agrícolas no

[11] Considerando o ato de comprar uma forma de lazer.

[12] Ao contrário do Estado desenvolvimentista brasileiro, o Paraguai não necessitava restringir as importações, pois não possuía uma indústria capaz de competir em níveis de mercado.

> interior do Paraguai e para as periferias das cidades de fronteira. (ALBUQUERQUE, 2010, p. 81)

Com as mudanças políticas e econômicas na década de 1980 “além do fim dos contratos de arrendamento destinados a agricultores pobres, houve a diminuição dos créditos (...) que inviabilizou a pequena produção.” Para Albuquerque (2010, p.79), paralelamente ao fim da ditadura no Paraguai em 1989, em que iniciaram as reivindicações por terras e no Brasil com o final[13] da ditadura em 1985, ocorreu a concentração de pessoas e formação territorial na fronteira. A partir desse contexto que as relações entre os detentores do capital e as classes inferiores economicamente como “os brasileiros pobres e marginalizados que voltaram do Paraguai passaram a ser conhecidos como brasiguaios.” Albuquerque (2010, p. 83), caracteriza a estrutura social que sustenta a principal atividade econômica que atualmente é o comércio e seu o conseqüente turismo de compras na fronteira Ponta Porã e Pedro Juan Caballero.

Essa forma de turismo está ligada aos aspectos mencionados anteriormente e em relação ao poder que o ato de comprar e a busca por mercadorias de qualidade, com um valor de compra mais acessível, são capazes de gerar deslocamento de pessoas para grandes centros comerciais, sendo o nosso objeto de estudo a Fronteira Brasil/Paraguai, mais especificamente Pedro Juan Caballero/Ponta Porã, que formam uma conurbação urbana internacional. A atividade econômica hegemônica na fronteira sem dúvidas é o comércio, com o fluxo de turistas brasileiros, mas não se limita apenas a esse segmento turístico. O Paraguai também necessita de mercadorias da cidade de Ponta Porã, fortificando ainda mais a relação entre essas duas cidades, como cita Martins (2010, p.115), “As relações comerciais entre as duas cidades não se limitam às compras realizadas pelos turistas brasileiros no lado paraguaio. O cotidiano, tanto de brasileiros como de paraguaios, se mescla”. O espaço produzido a partir dessa relação comercial intensa, em meio à duas cidades conurbadas, é responsável por atrair pessoas vindas de outras localidades para realizar compras.

[13] O governo democrático anunciou a possibilidade de ocorrer uma reforma agrária.

IV - CONSIDERAÇÕES SOBRE O TURISMO EM PONTA PORÃ E PEDRO JUAN CABALLERO

Através de um questionário, busquei dados qualitativos em relação aos turistas presentes na cidade de Dourados (MS)[14], partimos desse local, considerando que os mesmos não necessariamente precisariam estar praticando a atividade turística no momento de responder as questões, por ser o turismo uma experiência momentânea e que corresponde em experiências vividas a partir dos fluxos turísticos, além de conter alta taxa de densidade demográfica, a partir do Diagnóstico Socioeconômico e Demográfico da Faixa de Fronteira, considerando a densidade demográfica do ano de 2010:

> (...) o município de Dourados (MS) e seu entorno respondem pelas taxas mais altas de densidade demográfica do Arco[15], que variam de 20,2 hab./Km2 em Glória de Dourados (MS) até 60,4 hab./Km2 em Fátima do Sul (MS). (SEGURANÇA, 2016, p.46)

A importância da cidade de Dourados é destacada também em relação à infraestrutura de telecomunicações:

> Outra região importante e bem conectada é a do sul do estado do Mato Grosso do Sul, cuja cidade central é Dourados (MS). Esta região é bem articulada com o território nacional, especialmente com os estados de São Paulo e Paraná, mas também mantém fortes laços com o Paraguai, por meio da cidade de Ponta Porã (MS), que recebe com freqüência um grande volume de turistas de compras. Esta infraestrutura concentrada em Dourados (MS) faz com que ela seja um bom centro para a instalação de empresas e prestadoras de serviços na região Centro-Oeste. (SEGURANÇA, 2016, p.178)

O objetivo foi de obter conhecimento através das informações geográficas recolhidas dos dados adquiridos pelo questionário, segundo Longley (2013), as informações geográficas são fundamentais para busca científica de evidências[16]; utilizando assim o Sistema de Informação Geográfico como método para buscar compreender a realidade em análise, e a partir de uma superposição de informações referentes às diferentes naturezas espaciais[17] Buzai

---

[14] População para recolhimento da amostra.

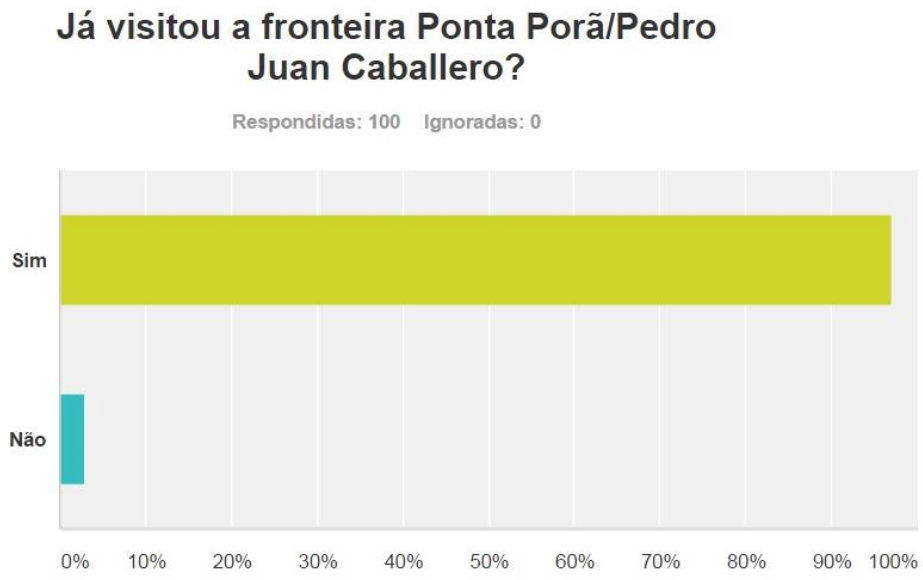
[15] Mato Grosso do Sul localiza-se no arco central das regiões de fronteira no Brasil.

[16] De acordo com Longley (2013), informações geografias são relacionadas com os dados a partir do conhecimento, sabedoria e compreensão das evidências. As informações obtidas através dos dados precisam ter um propósito.

[17] Segundo Buzai (2013) o SIG se baseia em conceitos fundamentais da natureza espacial sendo eles: localização, distribuição, associação, interação e evolução espacial.

(2013). É importante ter noção de que o SIG é uma termologia recente, mas esse método já existe antes da invenção dos computadores Miranda (2005), na contramão de um viés que relaciona o SIG apenas como o procedimento de confeccionar mapas.

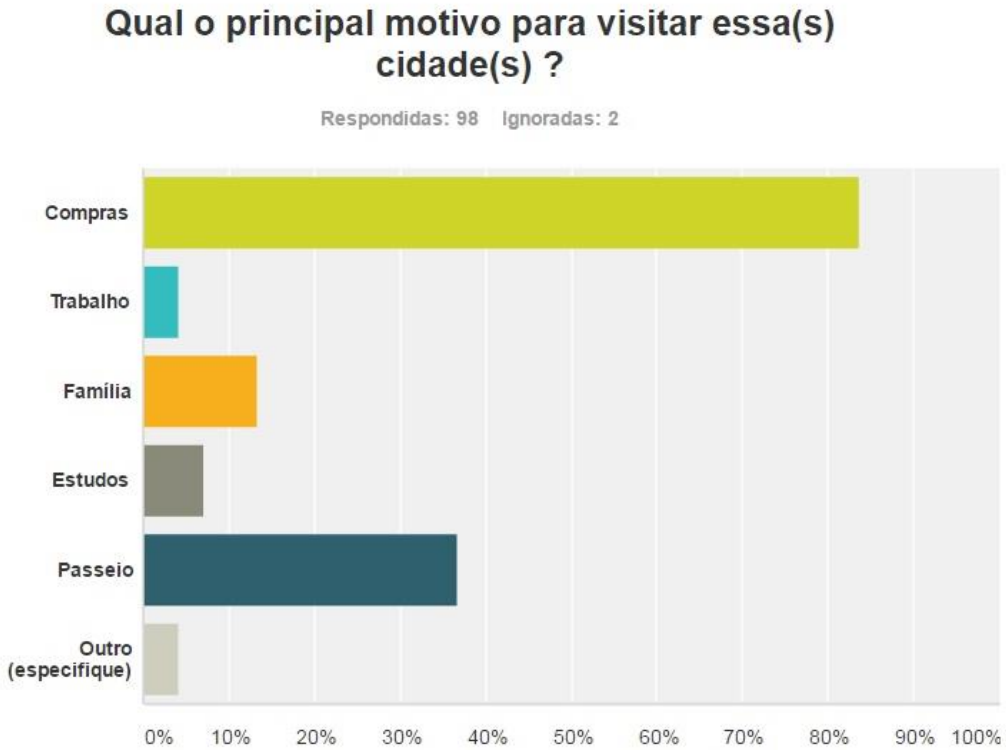
Dentre a amostra de100 participantes da pesquisa, grande maioria conforme Figura 01, já estiveram em contato com as duas cidades em análise, e grande maioria por conta das compras ou passeio; há a possibilidade desses dois motivos serem complementares ou até possuírem o mesmo sentido.



Opções de resposta	Respostas	
Sim	97,00%	97
Não	3,00%	3
Total		100

Figura 01 – Gráfico: Visitantes Pedro Juan Caballero – Questionário

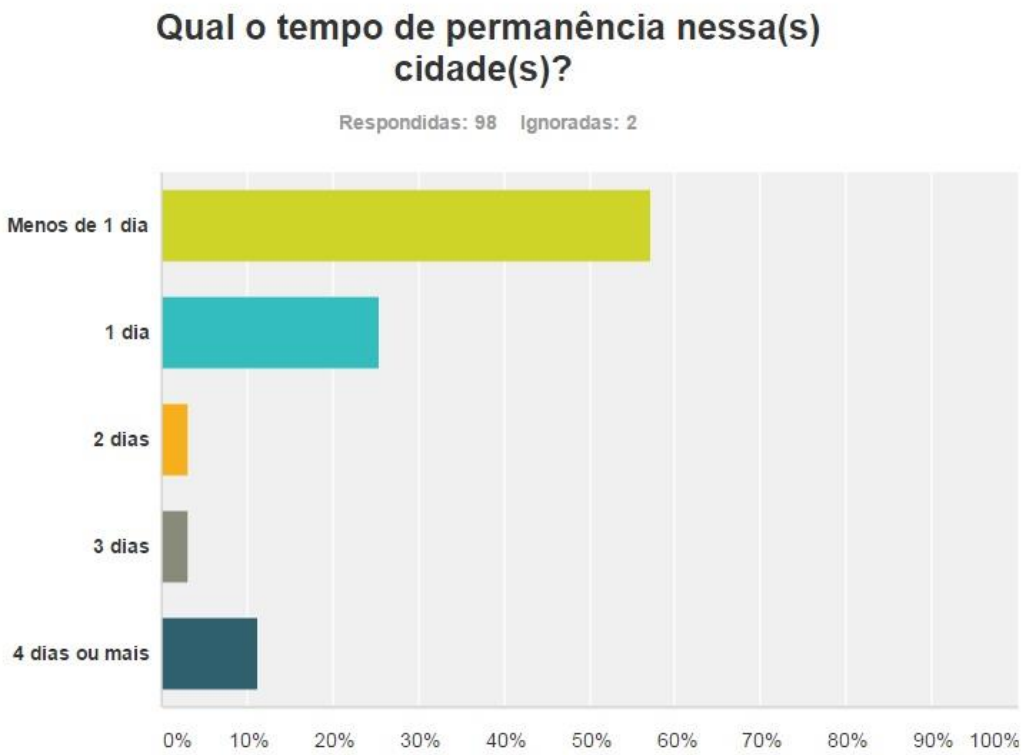
Considerando a informação anterior, de que visitar a fronteira entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero é uma prática considerável na cidade de Dourados (MS); a aplicação de um questionário tornou-se uma ferramenta viável para obtenção de informações dos principais agentes dessa atividade (turistas), sendo esses das mais diferentes classes sociais e que participam da construção desse espaço produzido principalmente em busca das compras como nos mostra a Figura 02:



Opções de resposta		Respostas	
Compras		83,67%	82
Trabalho		4,08%	4
Família		13,27%	13
Estudos		7,14%	7
Passeio		36,73%	36
Outro (especifique)	Respostas	4,08%	4
Total de respondentes: 98			

Figura 02 – Gráfico: Motivos para visitar as cidades – Questionário

A partir do resultado dos dados coletados, pode-se constar que a maioria dentre os participantes da pesquisa que migram para fronteira a partir da cidade de Dourados (MS), buscam as compras como motivo norteador para visitar as cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero; e simples passeio sendo o segundo motivo para o mesmo ato, tendo um tempo de permanência em suma maioria inferior a 01 dia, conforme Figura 02 e Figura 03.

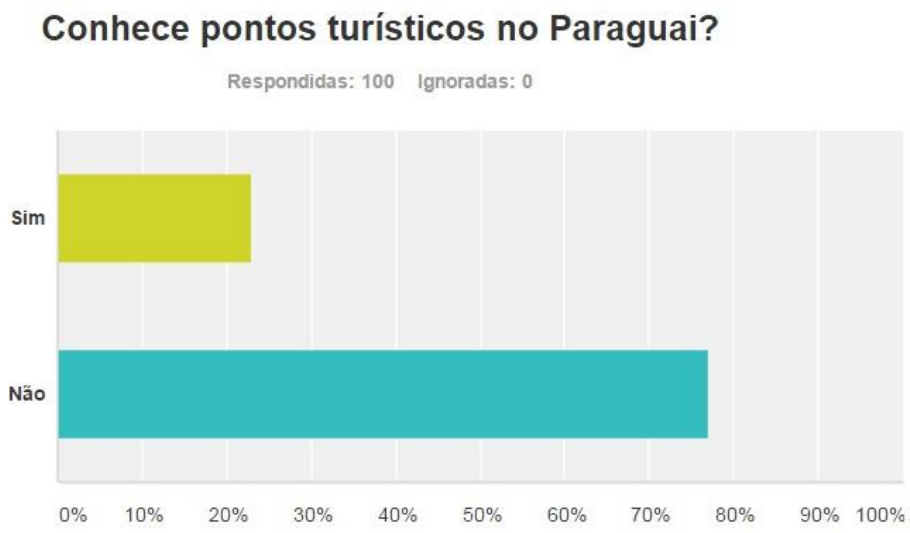


Opções de resposta	Respostas	
Menos de 1 dia	57,14%	56
1 dia	25,51%	25
2 dias	3,06%	3
3 dias	3,06%	3
4 dias ou mais	11,22%	11
Total		98

Figura 03 – Gráfico: Tempo de permanência nas cidades de Ponta Porã ou Pedro Juan Caballero.

Em relação às práticas alternativas às compras, consta-se que grande maioria dos participantes não conhece outras práticas turísticas no Paraguai; dentre a minoria, pessoas que já tiveram a experiência de conhecer outras formas de se obter lazer, predominou-se pontos como o Parque Cerro Corá e Chacurrú, além de praças, igrejas e museus; vale observar que o próprio centro de compras não foi considerado ponto turístico por parte da maioria dos participantes. Ao analisar a figura 02 e a figura 04 e observar o motivo da ida às cidades, podemos notar que a maioria dos participantes não cria a ideia que o ato de comprar seja uma forma de turismo no Paraguai; dessa maneira, fortalecendo as formas alternas ao turismo de compras, poderia consolidar ainda mais o próprio comércio, com o status de ponto turístico e

a consolidação de novas formas de socialização entre os turistas (brasileiros) com os paraguaios, como salienta Luchiari (2013).

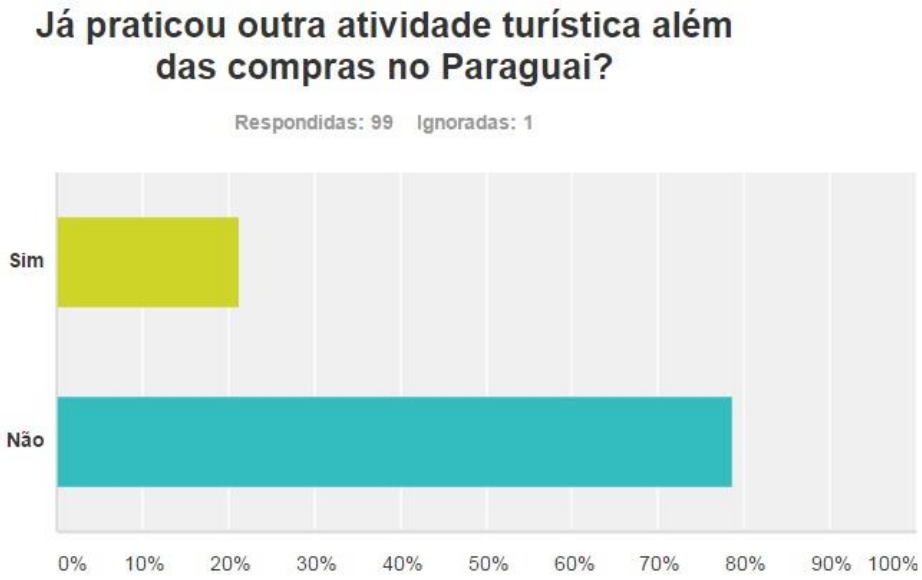


Opções de resposta	Respostas	
Sim	23,00%	23
Não	77,00%	77
Total		100

Comentários (14)

Figura 04 – Gráfico: Pontos turísticos no Paraguai.

Segundo os comentários da questão acima (figura 04) e figura 05, para a minoria que conhece formas alternas de turismo no Paraguai, estão em destaque as visitas aos parques naturais, museus, mas para alguns o próprio consumo de mercadorias em bares e casas de shows também é considerado forma alterna de se praticar turismo. Contudo, é contrastante a diferença da quantidade de pessoas que ao praticar turismo na fronteira, foram em busca das compras unicamente, por não conhecer formas alternas que poderiam aumentar o grau de identificação e interação com o lugar turístico em questão.

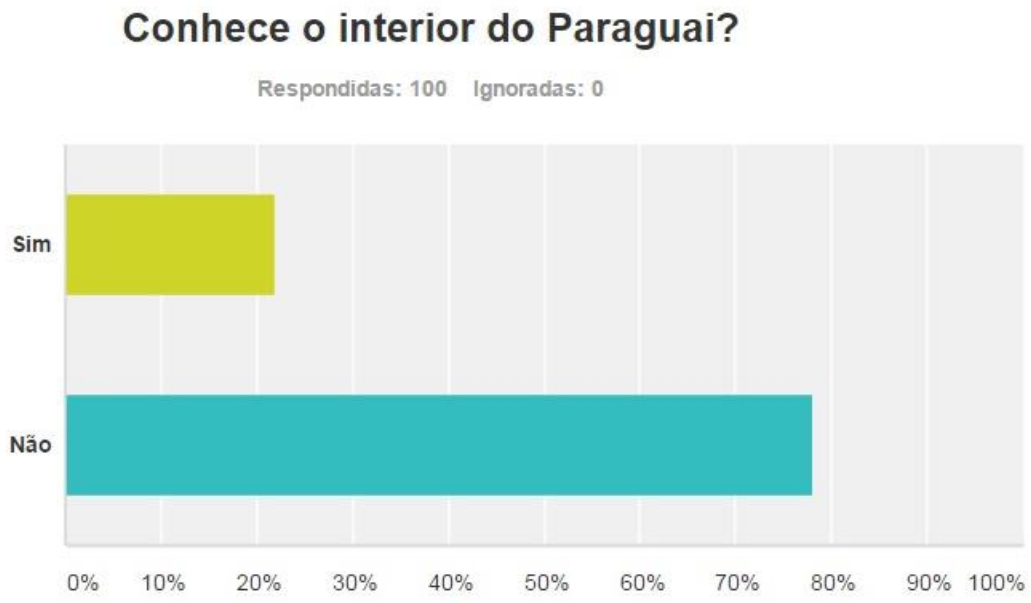


Opções de resposta	Respostas	
Sim	21,21%	21
Não	78,79%	78
Total		99

Comentários (15)

Figura 05 – Gráfico: Atividades alternas ao Turismo de Compras

A maioria dos participantes não conhece o interior do Paraguai de acordo com figura 06, e de forma acirrada, crêem existir ou não, problema em se adentrar ao interior do território paraguaio a partir da figura 07. De forma incipiente, há a hipótese de considerarmos potencialmente um turismo alternativo na fronteira entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, tendo em vista o resultado para o risco em viajar para o interior do país, em que se encontram, por exemplo, os parques naturais; principalmente as pessoas que ainda não conhecem essa outra paisagem turística.

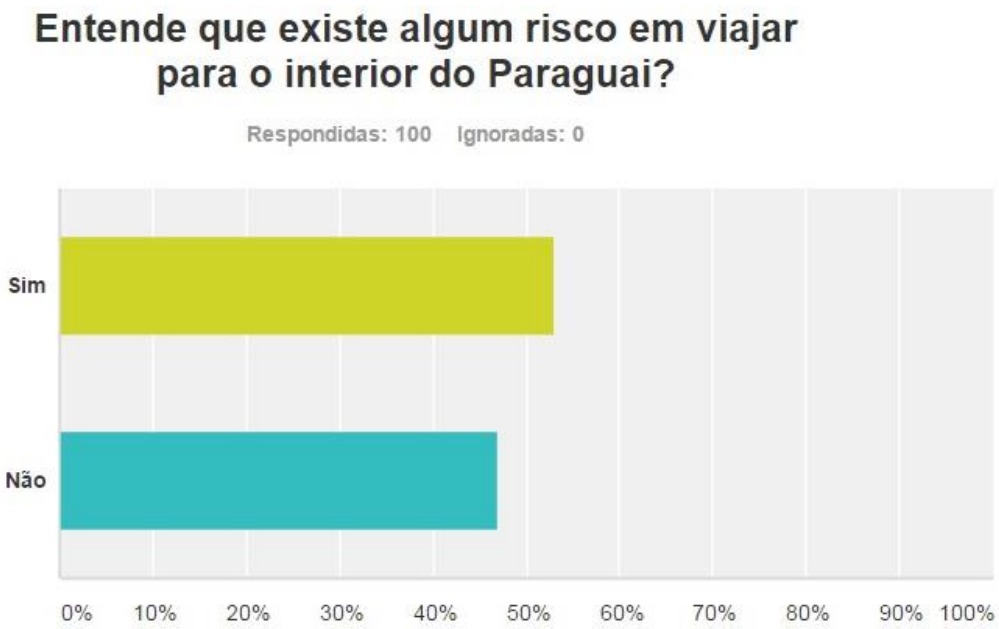


Opções de resposta	Respostas	
Sim	22,00%	22
Não	78,00%	78
Total		100

Comentários (17)

Figura 06 – Gráfico: Conhecimento do interior do território paraguaio.

Dentre os comentários de vigor negativos em relação a conhecer o país vizinho, destaca-se a importante influência do poder midiático na propagação de informações relacionadas à violência a partir de fala iniciada com “vendo as notícias...”, assim também nota-se como uma grande constatação dos participantes que não visitariam o interior do Paraguai, que a “polícia paraguaia” é corrupta e consequentemente , considerando o local com amplo predomínio da violência, como se pode observar no comentário: “A polícia é extremamente corrupta e extorquem brasileiros que vão de carro sem nenhum paraguaio acompanhando”. (COMENTÁRIOS, figura 06, 2016)



Opções de resposta	Respostas	
Sim	53,00%	53
Não	47,00%	47
Total		100

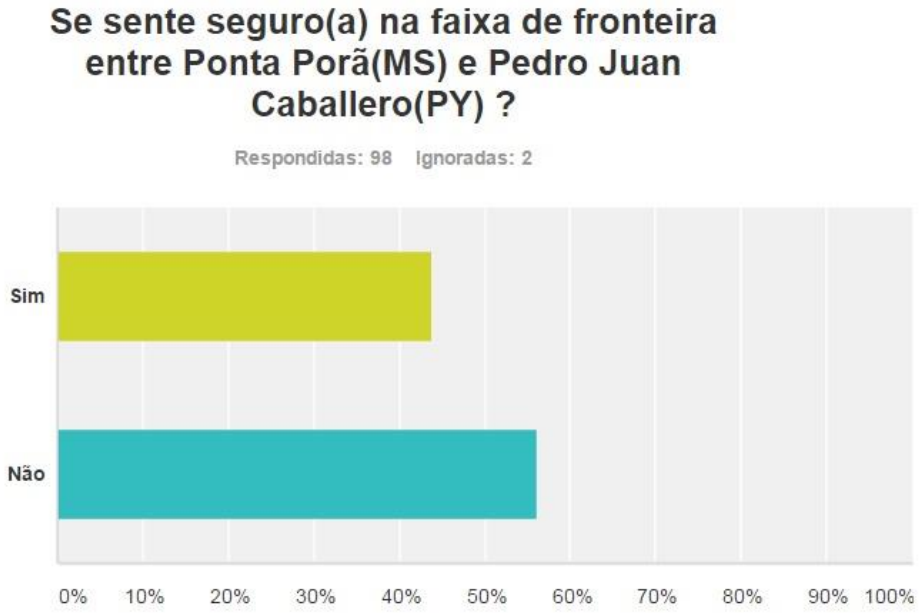
Comentários (29)

Figura 07 – Gráfico: Risco em viajar para o interior do Paraguai.

Os comentários mais presentes foram pela falta de estrutura e principalmente de segurança em relação à contravenção por parte dos policiais; e cobranças indevidas por parte de outros agentes envolvidos no processo de turismo na fronteira, como podemos notar na seguinte fala:

> "Ouvi dizer que há chances de suborno, no entanto, a situação por qual passei por risco, foi ao me queixar com um taxista que cobrou mais do que o valor da corrida de fato, ele justificou-se dizendo que era devido ao horário, por já ser muito tarde" (COMENTÁRIOS, figura 07, 2016)

Em relação ao sentimento de segurança na região da fronteira, a opinião dos entrevistados foram bem dividias. Porém com uma pequena diferença, temos a hipótese de que a maioria dos turistas não se sente seguros nessa porção territorial em análise, de acordo com a Figura 08.



Opções de resposta	Respostas	
Sim	43,88%	43
Não	56,12%	55
Total		98

Comentários (42)

Figura 08 – Tabela Segurança na faixa de fronteira

Considerando a segurança um dos fatores primordiais para a atração de turistas, constamos diversos comentários cujo fator citado anteriormente é baixo; causando assim o surgimento de insegurança na faixa de fronteira, onde se localiza o comércio e o grande fluxo de pessoas, como por exemplo, o medo da ocorrência de assaltos, ou "Por conta de ter sempre muita gente", "Um lugar que atrai muitas pessoas com intuito de fazer compras, atrai também pessoas com intenção de roubo", e também questões geográficas "Pois só de se tratar de fronteira, sempre haverá desconfiança"; dentre os comentários positivos contamos com "Costumo freqüentar praças e o estádio de futebol em Pedro Juan Caballero e nunca tive problema, mas nunca andei sozinho longe do centro", além dos comentários que não vêem problema em interagir espacialmente na área comercial, o foco da atração turística (COMENTÁRIOS, figura 08, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao observarmos o planeta terra por uma escala abrangente, notamos que existe um limite físico natural para que se desenvolvam as relações dos seres racionais que o habita. O planeta ou espaço como receptáculo é geometricamente limitado. Considerando essa premissa, a apropriação da natureza por vias sociais torna-se uma atitude no mínimo questionável.

A geografia tem o papel de identificar os abusos e consequências de tal apropriação que nega a existência humana, pois não se pode ser, sem um lugar para estar. Para ser é preciso estar; para estar é preciso ser. Ao ter noção/consciência da existência, já habitamos um lugar que compõe o território, como se fossemos pássaros que já nascem dentro de uma gaiola. Essa negação da existência de um lugar para o indivíduo é condicionada por forças superiores, no modo de produção capitalista torna o sujeito social um mero objeto para reprodução de ações que implicam na disputa de novos lugares, e a consolidação de novos territórios, cujos beneficiários são os sujeitos historicamente detentores dos meios de produção, desde os primórdios do sistema vigente. Esse processo ocorreu de forma diferente nos diferentes regimes de acumulação[18] como visto na primeira parte do trabalho, mas a raiz do problema continua sendo o mesmo: a apropriação pelo capital de um bem finito.

Os seres humanos, que possuem como natureza a forma de pensar e agir, a consciência de controlar os seus extintos; de se relacionar em diferentes formas, precisam buscar um caminho que de fato seja humanamente justo; vimos que o território é socialmente construído, ou seja, passível de reformulações. Ao passo que a geografia destrincha as implicações negativas da apropriação capitalista da natureza, tornando o espaço geográfico um cenário de disputas materiais e seres com vida, em simples coisas; aproximamo-nos para a construção de uma sociedade igualitária em direitos, respeitando toda a diversidade cultural nessa “esfera” limítrofe que dividimos e chamamos de planeta terra.

As formações de diferentes territórios implicam na formação de espaços de confronto direto entre as diferentes territorialidades, confronto que não se pode negar; mesmo com a construção de grandes muros. Negar a realidade é um ato de irracionalidade, tentativas de fugir das diferenças apenas a tornam mais fortes, além disso, barreiras materiais se dissolvem com o tempo.

---

[18] Atualmente vivemos o regime de acumulação flexível.

Fronteira é o berço de novas descobertas, ideias, revoluções, pois é o lugar de conflitos; na zona de conforto não surgem mudanças, pelo contrário, paira o conservadorismo cujo contexto atual, possuiu a insistente mania de conservar a desigualdade e falta de informação para os menos favorecidos, reduzindo o seu tempo e espaço no sentido negativo. Ponta Porã e Pedro Juan Caballero são exemplos de que é possível a socialização entre diferentes territórios, mesmo com a quantidade de problemas conseqüentes mencionados ao decorrer do trabalho. É pelo turismo de compras - atrativo para essas relações – que ocorre a mescla cultural e talvez momentos em que o turista nem se lembre que esteja em uma fronteira.

O turismo citado neste trabalho como instrumento do capital, pode ser socialmente construído/transformado para um instrumento de integração social; uma forma de amenizar as relações de confronto sócio-espaciais, disputas territoriais – bélica - que resultaram na atual formação e distribuição espacial na fronteira entre os dois países. Foi perceptível o receio das pessoas em estarem na fronteira, através de conversas, entrevistas e pelo próprio questionário aplicado a partir dos comentários. Conviver sobre o choque de diferentes territorialidades, seja pelo comércio legal ou ilegal (inclusive tráfico) é uma árdua experiência, porém não diferente de outras áreas do território.

As crises no contexto capitalista são gerais, e necessárias; porém em alguns lugares (como na fronteira) ela é desmascarada, assim como as diferentes fronteiras inerentes em todos os espaços institucionalizados, o atrito com o diferente. Cada lugar possui a sua fronteira, espaços possuem diferentes valores, tornam-se territórios e assim segue a competição cujos vencedores são os próprios criadores do jogo, os beneficiados históricos dos diferentes regimes de acumulação. O capitalismo como dito na primeira parte do trabalho nos une ideologicamente para depois nos dividir, para assim, competir e desenvolver o mercado, com os seus diferentes lugares e valores. As diferenças sociais estão lado a lado na fronteira, e isso torna esse espaço propício para novas mudanças, buscar no conflito uma solução.

A prática turística pode ser o meio para que na fronteira, se estabeleça novas relações, a partir de um planejamento territorial que condiz com essa expectativa. Os agentes públicos e privados possuem esse poder; o problema é a lógica capitalista, em que a natureza como mercadoria em nível hierárquico está à cima dos valores morais, valores que separam a busca excessiva de prazer em prol do bom convívio em sociedade.

Voltando à discussão inicial das finais considerações, faço uma relação de semelhanças entre o planeta terra, com uma sala fechada e que dentro dela existam pessoas. Para que todos convivam de forma saudável, é necessário respeitar o direito de estar de cada uma dessas pessoas, indiferentemente de suas características pessoais; caso contrário está geograficamente indefeso perante territorialidades vigentes. Sendo essa sala um ambiente com limites físicos delimitados, cabe à capacidade do ser humano em desenvolver métodos para que as fronteiras internas sejam espaços de crescimento mútuo, o que não ocorre na atual situação em que nascemos em um ambiente totalmente apropriado, uma sala que possuiu um administrador, e para o "ser" existir, é necessário pedir permissão e se enquadrar às ideologias preestabelecidas pelo mesmo.

O campo físico – espaço receptáculo - tem limites ao contrário do campo das ideias; o território individual de cada agente transformador do espaço geográfico, precisa através da fronteira unir forças e não dividir. Desse modo, o preconceito enraizado deverá ser mais uma mancha – dentre tantas - na história do desenvolvimento social, e que os diferentes lugares tenham os seus próprios valores de forma autônoma e não definidos a partir de territorialidades desumanas, como visto, histórica e espacialmente desigual por conta de forças que sobressaem o lugar. Enfim, estamos sendo, na fronteira.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. São Paulo, SP: Fapesp: Annablume, 2010. 266p

BENÍTEZ, Sacha Cardona. A la Sombra de los Perobales. Historia del poblado de Punta Por . G nesis de dos ciudades. 1870 1902. Paraguay: Imprenta Salesiana, 2008.

BUZAI, Gustavo Daniel. Sistemas de información geográfica SIG : teoría y aplicación . - 1a ed. - Luján : Universidad Nacional de Luján, 2013.

CASTRO, Nair A. R. de. O Lugar do Turismo na Ciência Geográfica: Contribuições Teórico-Metodológicas à Ação Educativa. São Paulo: USP, 2006. Tese de doutorado.

COMENTÁRIO, questionário turismo de compras Ponta Porã (BR)/ Pedro Juan Caballero (PY), iniciado em 26/05/2016 até 24/06/2016. Elaborado por Bruno Correia Spoladore Silva.

CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira; SILVA, Sylvio C. Bandeira de Mello e. Turismo e Geografia Abordagens Críticas, 2005.

COSTA, Cecilia Aparecida. A construção da concepção de natureza na fronteira de Ponta Porã/BR - Pedro Juan Caballero/PY e a produção do urbano. 2012. 175f. Dissertação (Geografia - Mestrado) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS.

CRUZ, Rita de Cássia. Política de turismo e território. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000. 167 p.

FONTOURA Leandro M. e ANDRADE Sabrina de Assis. Turismo e Geografia: O Planejamento Territorial do Turismo. II Fórum Internacional de Turismo do Iguassu: Foz do Iguaçu, 2008.

GEO PONTA PORA, Perspectivas para o meio ambiente urbano: GEO Ponta Porã / coordenado por Tito Carlos Machado de Oliveira. – Mato Grosso do Sul, Campo Grande: [s.n.], 2010.

HARVEY, D. *The enigma of capital and the crises of capitalism*. 2. ed. London: Profile Books, 2011. Edição brasileira: *O Enigma do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, D. *Condição Pós-moderna. (Título original: The Condition of Postmodernity: An Enquiry into the Origins of Cultural Change) Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves, São Paulo: edições Loyola, 1993.*

HARVEY, D. Para entender O capital: Livro I. (Título original: A Companion to Marx's Capital, Volume I). Tradução: Rubens Enderle, São Paulo: Boitempo, 2013.

ÍNDICE, de Competitividade do Turismo Nacional: relatório 2015/ Coordenação Luiz Gustavo Medeiros Barbosa. – Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2015. 92p.

KAUTSKY, Karl. A questão agraria. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1986. 401p.

KNAFOU, Remy. Turismo e Território. Para um enfoque científico do turismo. In:

RODRÍGUEZ, Adyr B. (Org.) Turismo e Geografia. Reflexões teóricas e enfoques regionais. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

LONGLEY, P. A.; GOODCHILD, M. F.; MAGUIRE, D. J.; RHIND, D. W. Sistemas e ciência da informação geográfica. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

LUCHIARI, M. T. D. P. Turismo e território: sustentabilidade para quem? In: Margarita Barretto, Elizabete Tamanini. (Org.). Redescobrindo a Ecologia no Turismo. 1ed, Caxias do Sul: EDUCS, 2002, v. 1, p. 01-131.

MANUAL, para o desenvolvimento e à integração de atividades turísticas com foco na produção associada. – Brasília: Ministério do Turismo, 2011. 100 p.

MARTINS, P. C. S.; LAMBERTI, Eliana. . Reexportação e Turismo de Compras na fronteira: o caso das cidades-gêmeas Pedro Juan Caballero (Paraguai) e Ponta Porã (Brasil). 1.ed. Pelotas: Editora Universitária/UFPEL, 2010. v.1. 212p.

MOREIRA, Ruy. Formação do espaço agrário brasileiro. São Paulo, SP: Brasiliense, 1990. 83p.

QUESTIONÁRIO, Turismo de compras Ponta Porã (BR)/ Pedro Juan Caballero (PY), iniciado em 26/05/2016 até 24/06/2016. Elaborado por Bruno Correia Spoladore Silva.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. espaço e método. São Paulo, Nobel, 1985. A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996

SEGURANÇA pública nas fronteiras, diagnóstico socioeconômico e demográfico : Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) / organização, Alex Jorge das Neves ... [et al.]. – Brasília : Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016. 591 p.

SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

URRY, John . O Olhar do Turista: Lazer e Viagens nas Sociedades Contemporâneas. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. 2ª Ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

ZAAR, Miriam H. A migração rural no oeste paranaense/ Brasil: a trajetória dos “brasiguaios”. Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografia y Ciências Sociales. Universidad de Barcelona, n.94 (88), 01 de agosto de 2001.